

# Marielle é homenageada em ato no Equador contra feminicídio e violência de gênero

A vereadora Marielle Franco, assassinada em março no Rio de Janeiro, além de mulheres e meninas vítimas de feminicídios na América Latina e no Caribe foram homenageadas por autoridades ibero-americanas e participantes da [4ª Cúpula Ibero-Americana de Agendas Locais de Gênero](#), em Cuenca, no Equador, ocorrida em maio (de 15 a 18).

[\(ONU Brasil, 08/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Mais de 500 pessoas vestidas de branco empunharam velas, lamparinas e leques na “Caminhada de Mulheres pela Paz e Não Violência contra as Mulheres e Meninas nas Cidades”.

Entre as autoridades, estiveram presentes Guido Echeverri, presidente da União Ibero-Americana de Municipalistas (UIM) e governador de Cuenca; Carolina Martínez e Paola Flores, vereadoras de Cuenca; e Federico Castillo Blanco, secretário-geral da UIM. De acordo com a União Ibero-Americana Municipalista, o ato buscou expressar o sentido de apropriação do espaço público pela diversidade, reivindicando o direito de viver sem violência, com respeito e convivência em paz.

O primeiro ato da caminhada foi dedicado à vereadora Marielle Franco, sendo conduzido pela ONU Mulheres. Luiza Carvalho, diretora da ONU Mulheres para Américas e Caribe, reafirmou o compromisso da entidade com o fim da violência de gênero e prestou homenagem a Marielle.

“A ONU Mulheres agradece a todas as municipalistas, as organizações defensoras de direitos que não cansam e estão, a todo tempo, ativas e atentas ao que está acontecendo. Marchamos por mulheres e homens comprometidos com a vida, com a igualdade e com o futuro que queremos até 2030. Estamos juntas para demonstrar que a nossa solidariedade vai continuar cada vez mais forte”, disse Luiza.

Bibiana Aido, representante da ONU Mulheres Equador, lembrou o legado da vereadora Marielle Franco como porta-voz e defensora dos direitos humanos das pessoas em situação de pobreza, mulheres lésbicas e da população negra brasileira.

“Marielle queria mover as estruturas e alcançar direitos iguais. É o que nós queremos. Ela queria uma vida digna para todos, livre de violência. Marielle queria, e os violentos a mataram. Mas nós, do Sul do mundo, não calaremos sobre o feminicídio de Marielle nem de qualquer defensora ou defensor dos direitos humanos”, assinalou.

Aido também denunciou que os municípios ainda são hostis em relação à representação e à participação política das mulheres. Pontuou que a violência é mais profunda contra as mulheres negras, indígenas, pobres e LBT (lésbicas, bissexuais e trans). “Marielle representava todas nós. Agora, nós vamos representá-la e a todas as ativistas assassinadas. Seguiremos lutando por uma vida livre de violência, por igualdade substantiva e por democracias paritárias”, acrescentou Bibiana Aido.

Durante o percurso, a segunda parada simbólica foi dedicada à paz e ao fim da violência contra as mulheres. Sob a liderança da Associação Intercultural de Yachak Aiyapu Pumapongo, foram evocadas as energias da natureza e dos elementos fogo, ar, água e terra em reverência à memória das vítimas fatais e à ancestralidade. As delegações dos países lançaram globos no céu de Cuenca.

## **Gênero e desenvolvimento local**

Com o tema “Direitos das Mulheres e Igualdade de Gênero na Democracia e no Desenvolvimento local: desafios para a Agenda 2030”, a 4ª Cúpula Ibero-Americana de Agendas Locais de Gênero, aconteceu entre 15 e 18 de maio, no Equador. O encontro reuniu lideranças políticas ibero-americanas de alto nível sobre governança municipal para a igualdade de gênero e o empoderamento político das mulheres para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A 4ª Cúpula foi promovida pela ONU Mulheres para Américas e Caribe,

Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), UIM, Prefeitura de Cuenca, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Equador, Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e Universidade de Cuenca.

## **Caso Marielle Franco**

A vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e o motorista Anderson Pedro Gomes foram assassinados em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro, após um compromisso público da parlamentar com ativistas negras alusivo ao Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Em manifestação aos assassinatos, o Sistema ONU no Brasil divulgou nota em que expressou “expectativa de rigor na investigação do caso e breve elucidação dos fatos pelas autoridades, aguardando a responsabilização da autoria do crime”.

Desde então, diferentes homenagens vêm sendo realizadas em memória de Marielle e de seu legado político. “O assassinato de Marielle Franco é paradigmático porque atinge a democracia como espaço de construção de alternativas. Parece-nos necessário partir do óbvio. A existência da democracia depende de que a participação política das mulheres seja assegurada e que a violência contra as que driblam barreiras e se fazem ouvir seja contida”, disseram Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, e Flávia Biroli, professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e membra do Grupo Assessor da Sociedade Civil Brasil da ONU Mulheres, [em artigo no blog #AgoraÉQueSãoElas, da Folha de S.Paulo](#).

Em março, a trajetória da vereadora foi exaltada na 62ª Sessão da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres, em Nova Iorque, e na ação digital #OTempoÉAgora, da ONU Mulheres Brasil, que visibilizou ativistas brasileiras ao longo do mês de março de 2018.

---

# **‘A mercantilização dos serviços públicos aumenta a exclusão e marginalização das mulheres’, aponta ativista**

*(Ponte, 08/04/2016) Essa é a conclusão de Verónica Montúfar, da Internacional de Serviços Públicos (ISP). “Quando não há serviços de saúde, são as mulheres que cuidam dos doentes. Quando não há escolas, são elas que proveem educação aos seus filhos. Na ausência de serviços públicos, são as mulheres que os substituem.”*

Por uma construção antes histórica do que natural, as mulheres são as provedoras de serviços essenciais para as suas famílias, explica a equatoriana Verónica Montúfar, coordenadora mundial para Questões de Gênero e Equidade da Internacional de Serviços Públicos (ISP), federação global de sindicatos do setor público. “Quando não há água potável, são as mulheres que vão buscar água em lugares distantes. Quando não há serviços de saúde, são elas que cuidam dos doentes. Quando não há escolas, são elas que proveem educação aos seus filhos. Ou seja, na ausência de serviços públicos prestados pelos Estados, são as mulheres que os substituem.”

Portanto, a precariedade e/ou mercantilização dos serviços públicos, seja por parcerias público-privadas, seja por acordos comerciais, afetam especialmente as mulheres, “já que o tempo e esforço que dedicam a essas tarefas em função social de suas famílias e comunidades lhes tiram espaço para sua autorrealização e autonomia”.

Nesta entrevista por e-mail, Montúfar fala sobre como as mulheres são as mais afetadas pela intensificação do trabalho e hierarquização do processo produtivo causadas pela extrema desigualdade na distribuição dos frutos da terceira revolução científica-tecnológica, e explica as especificidades da questão de gênero nos serviços públicos e as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras desse setor, entre outros assuntos. “A subvalorização social do

trabalho de cuidado e reprodução da vida é uma tendência. Como se as mulheres trouxessem consigo o subvalor do espaço privado para o espaço público.”



Verónica Montúfar, coordenadora mundial para Questões de Gênero e Equidade da ISP. (Foto: Leo Hyde/ISP)

### **Quais são os principais desafios que as mulheres enfrentam hoje no mundo do trabalho?**

Existem tensões gerais que afetam as mulheres e homens trabalhadores. O avanço das forças produtivas, consolidada na terceira revolução científica-tecnológica, pela primeira vez coloca a humanidade em condição de ser sujeito de sua própria história, superar a escassez e construir a equidade e igualdade universais. No entanto, essa potencialidade é expropriada pela acumulação monopolista dos capitais transnacionais que agem como Estados sem território, em aliança com os Estados nacionais e organismos multilaterais, e que tem como consequência a tragédia da desigualdade e exclusão de indivíduos, comunidades, países e continentes, que se tornam descartáveis para a reprodução do capital, com novas formas de pobreza e violência.

Da mesma forma, essa exorbitante capacidade de produzir, acompanhada do

paradoxo da apropriação privada da riqueza produzida e do extremo aprofundamento da desigualdade na distribuição, tem provocado profundas transformações na organização do processo produtivo, que colocam em maior relevo a intensificação do trabalho e a hierarquização das relações trabalhistas. No mesmo sentido, acarretaram a expulsão de grandes massas de trabalhadores e trabalhadoras do trabalho formal e protegido, e sua inclusão em modalidades mais precárias e no setor informal. A passagem da manufatura para a “mentefatura” tem como consequência a incorporação do trabalhador e da trabalhadora no processo de trabalho com toda sua capacidade não apenas física, como também intelectual e emocional.

*A passagem da manufatura para a “mentefatura” tem como consequência a incorporação do trabalhador e da trabalhadora no processo de trabalho com toda sua capacidade não apenas física, como também intelectual e emocional*

No entanto, por conta das desvantagens históricas de gênero, essas condições afetam de maneira desigual as mulheres, que participam das forças produtivas como mão de obra barata, ocupando os espaços condicionados pela divisão sexual do trabalho e sem deixar de lado o trabalho de reprodução social que elas realizam no âmbito privado. Esse fator duplica sua jornada de trabalho e não mudou com os avanços nas legislações nem com o maior desenvolvimento produtivo. As mulheres continuam conformando o setor trabalhista mais afetado.

Claro que em alguns países essas condições estão mudando. Há mulheres que conseguiram romper a segregação trabalhista de gênero, tanto em relação a se incorporar em ocupações predominantemente masculinas e posições de direção, como em relação a redistribuir seu trabalho reprodutivo no seio da família, mas continuam sendo uma minoria e elas sozinhas não poderão alterar as relações desiguais nem de gênero nem de classe que existem no mundo do trabalho e que compõem estruturalmente a base de um sistema de dominação.

**Quais são as especificidades da questão de gênero nos serviços públicos e as dificuldades que as trabalhadoras enfrentam no setor?**

Continuando na linha da divisão sexual do trabalho, na configuração dos

serviços públicos existem setores com predominância de força de trabalho masculina, e outros com predominância de força de trabalho feminina. Os primeiros, vinculados aos setores produtivos do Estado, os segundos, aos setores de cuidado e reprodução da vida. Essa é uma tendência em todos os países do mundo, assim como também é uma tendência a subvalorização social do trabalho de cuidado e reprodução da vida. Como se as mulheres trouxessem consigo o subvalor do espaço privado para o espaço público. O caráter de gênero da força de trabalho dentro dos serviços públicos não superou tampouco a segregação vertical, já que nos setores onde as mulheres predominam como trabalhadoras elas também predominam na base da pirâmide trabalhista, significando ainda que nesses casos a diferença de remuneração se duplica.

*Também é uma tendência a subvalorização social do trabalho de cuidado e reprodução da vida. Como se as mulheres trouxessem consigo o subvalor do espaço privado para o espaço público*

Paralelamente, os processos de reforma do Estado, modernização e tecnificação dos serviços públicos implicam também mudanças na organização do trabalho no setor público, onde estão sendo implementados com muita velocidade modelos empresariais de produção que intensificam os processos em nome da eficiência e hierarquizam as relações trabalhistas.

Da mesma forma, a falta de financiamento dos serviços públicos gera tensão nas relações com a comunidade usuária, o que causa condições de violência, não apenas externa como também interna. Nos serviços de saúde e cuidado, o trabalho implica colocar em jogo não apenas sua capacidade física, como também sua subjetividade. Esse fenômeno é denominado de feminização do trabalho, categoria que expressa que, independentemente de que seja um homem ou uma mulher, agora o processo de trabalho precisa do envolvimento do ser humano de maneira íntegra, que deve se entregar com todas suas capacidades psíquicas e emocionais necessárias para o cuidado da vida e da reprodução humana; características que são reconhecidas como fundamentalmente femininas. Dessa maneira, os serviços públicos requerem cada vez mais fortemente um “biotrabalho”, que age como um novo processo de exploração.

**A Internacional de Serviços Públicos defende que os serviços públicos essenciais devem ficar de fora das Parcerias Público-Privadas (PPPs), do financiamento misto e dos tratados comerciais, pois tais iniciativas repercutem de forma mais negativa sobre os direitos sociais da mulher. Por que isso acontece?**

A mercantilização dos serviços públicos aprofunda o paradoxo entre a abundância e a escassez. Mais ainda agora, quando a acumulação capitalista amplia sua fronteira em direção aos serviços públicos e bens comuns da humanidade. Esse fenômeno de o capital continuar com a força com que se erigiu nos últimos anos fará grandes quantidades de seres humanos serem excluídos do bem-estar da humanidade. Por causa da fundamental responsabilidade das mulheres em relação ao cuidado dos lares (situação não natural, mas sim historicamente construída), são elas as provedoras dos serviços essenciais a suas famílias. Quando não há água potável, são as mulheres que vão buscar água em lugares distantes. Quando não há serviços de saúde, são elas que cuidam dos doentes. Quando não há escolas, são elas que proveem educação aos seus filhos. Ou seja, na ausência de serviços públicos prestados pelos Estados, são as mulheres que os substituem. Isso determina o círculo de exclusão e marginalização, já que o tempo e esforço que dedicam a essas tarefas em função social de suas famílias e comunidades lhes tiram espaço para sua autorrealização e autonomia. Por isso, entre os pobres as mulheres são as mais pobres em todo o mundo.

Há também outro âmbito que nos permite fazer uma análise de gênero nos serviços públicos, particularmente quando vemos como através deles é cumprida a realização política, econômica, social e cultural dos seres humanos. Esse âmbito está relacionado ao modo como esses serviços estão pensados, construídos, edificados. Por exemplo, serviços públicos que não permitem o exercício da saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Serviços públicos pensados a partir de ideologias autoritárias, conservadoras, excludentes, que em vez de potencializar, limitam os seres humanos, situação que também afeta mais as mulheres.

*O tempo e esforço que dedicam a essas tarefas em função social de suas famílias e comunidades lhes tiram espaço para sua autorrealização e*



*autonomia. Por isso, entre os pobres as mulheres são as mais pobres em todo o mundo*

Falando de saúde sexual e reprodutiva, é necessário pensar em serviços públicos com enfoque de gênero que possibilitem a integridade do corpo e a segurança emocional das mulheres, meninas e jovens. De igual maneira, para conseguir baixar a carga trabalhista do trabalho de reprodução social da família que está majoritariamente nas mãos das mulheres, são indispensáveis serviços públicos de cuidado de crianças e idosos. Da mesma forma, para possibilitar segurança corporal e de movimento às mulheres são necessários serviços públicos de transporte, espaços públicos iluminados que permitam a mobilidade e a ocupação segura dos espaços públicos. Serviços públicos universais de qualidade e com enfoque de gênero são indispensáveis para a realização da autonomia econômica e política das mulheres e dos setores sociais mais pobres.

### **Qual o papel dos sindicatos nesse contexto?**

O papel dos sindicatos é transformar essa realidade, apesar do fato de que atualmente as políticas regressivas de direitos no setor público têm afetado o poder dos sindicatos, afetando ao mesmo tempo sua capacidade de negociação coletiva. Por isso, hoje é um momento de recuperar força, mais além das limitações jurídicas. É momento de reconquistar espaços de cogestão no mundo do trabalho e na organização e planejamento dos serviços públicos a partir dos níveis de governo central até os governos locais. A cogestão é um espaço de cogoverno, que possibilita a incidência dos trabalhadores e trabalhadoras organizados tanto em seus locais de trabalho quanto nos espaços onde as políticas públicas em todos os níveis são definidas, chegando inclusive aos níveis da macro política mundial.

*Os sindicatos estão sobre determinados por essas condições sociais e históricas. Sua transformação implicará um trabalho de homens e mulheres*

De igual maneira, outro elemento de força são as alianças com outros setores sociais na defesa dos serviços públicos, na proposta de alternativas à privatização; aqui é fundamental a articulação com o movimento social e o movimento de mulheres em resistência e em luta transformadora. A ISP,

como sindicato global, está trabalhando com um alto perfil e incidência nessa direção.

A tarefa de despatriarcalizar as relações humanas e as estruturas implica um profundo processo de mudança. Os sindicatos estão sobredeterminados por essas condições sociais e históricas. Sua transformação implicará um trabalho de homens e mulheres. Nessa tarefa estamos.

**Entre os dias 14 e 24 de março será realizada a 60ª reunião da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher das Nações Unidas (UNCSW60). O que a ISP levará para discussão no encontro? O tema prioritário da reunião será “o empoderamento da mulher e seu vínculo com o desenvolvimento sustentável”. Quais são os caminhos defendidos pela ISP sobre o tema?**

Nosso trabalho como ISP no interior da Comissão da ONU é em conjunto com uma forte coalizão sindical composta pela CSI [Confederação Sindical Internacional], IE [Internacional da Educação] e ITF [Federação Internacional dos Trabalhadores do Transporte]. Temos o interesse de aumentar o nível de legitimidade dos sindicatos como defensores dos direitos das mulheres, tanto no mundo do trabalho como na sociedade, assim como também elevar nossa incidência junto com o movimento social de mulheres e ONGs com as quais compartilhamos os mesmos princípios nas decisões dos atores governamentais nas políticas pela igualdade e equidade de gênero a nível global.

Através de uma declaração conjunta, demarcamos nossa posição, que enfatiza que uma das principais razões pelas quais as mulheres se filiam a sindicatos é para se encarregarem de seu próprio empoderamento econômico, por meio da organização e da negociação coletiva de condições trabalhistas decentes. Setenta milhões de mulheres estão representadas por sindicatos em todo o mundo. Por isso os sindicatos são parte integrante e atores que garantem o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030.

*Uma das principais razões pelas quais as mulheres se filiam a sindicatos é para se encarregarem de seu próprio empoderamento econômico, por meio*

## *da organização e da negociação coletiva de condições trabalhistas decentes*

Da mesma forma, manifestamos que os serviços públicos essenciais, como água e saneamento, saúde e educação, devem ser excluídos das Parcerias Público-Privadas, acordos comerciais e financeiros combinados e iniciativas que mais negativamente repercutem sobre os direitos sociais das mulheres. Os modelos de justiça fiscal e tributação progressiva podem servir de sólida base alternativa para as políticas públicas necessárias em favor da igualdade de gênero.

Este ano participarão em torno de 180 representantes de uma diversidade de sindicatos de todo o mundo e particularmente da América do Norte. A ISP contará com uma delegação de 20 pessoas, procedentes de suas filiadas de África, Ásia, Europa e Américas. Juneia Batista, presidenta do WOC [Comitê Mundial de Mulheres da ISP, por sua sigla em inglês], estará credenciada como parte da delegação do governo brasileiro, o que nos abre a oportunidade como movimento sindical de participar das reuniões oficiais e ter também aí visibilidade e incidência.

**Em 3 de março, a líder indígena de Honduras Berta Cáceres foi assassinada em sua casa. Além de opositora ao golpe de 2009 que derrubou Manuel Zelaya, ela se opunha fortemente aos tratados de livre comércio e à ação de corporações transnacionais. O que pensa do seu assassinato? Ele pode ser analisado também no contexto da violência contra as mulheres?**

Sim. Para a ISP está claro que Berta Cáceres é mais uma vítima da voracidade do poder corporativo transnacional pela apropriação dos bens comuns da humanidade e do alarmante avanço dos índices de feminicídio que tentam calar as mulheres nos espaços do público e do privado.

***Acesse no site de origem: [‘A mercantilização dos serviços públicos aumenta a exclusão e marginalização das mulheres’](#), aponta ativista (Ponte, 08/04/2016)***

---

# Morte de mochileiras argentinas leva a queda de vice-ministra no Equador

*(Folha de S.Paulo, 10/03/2016)* O assassinato de duas turistas argentinas no Equador e as reações ao crime, alvo de protestos de grupos de direitos das mulheres em toda a América Latina, culminaram nesta quinta (10) na saída do cargo da número 2 no Ministério do Turismo do Equador.

María Cristina Rivadeneira afirmou que os assassinatos, em uma praia de seu país, “iriam ocorrer cedo ou tarde”, pois as jovens viajavam de carona e “procuravam festa”.

O argentino Jorge Coni, pai de uma das vítimas, disse à Folha que a tecnocrata equatoriana “é um animal”. Coni contou que esta era a terceira vez que a filha, a estudante de economia María José Coni, 22, ia ao exterior.

Aos 15 anos, ela conheceu o Brasil em uma viagem escolar e, depois, foi ao Chile. “Mas era a primeira vez que ela fazia com seu próprio dinheiro”, acrescentou. Ela estava acompanhada da amiga Marina Menegazzo, 21, estudante de fonoaudiologia, com quem foi morta.

As primeiras reações de autoridades e da imprensa local ressaltavam que as universitárias “viajavam sozinhas” sem companhia masculina—, o que suscitou críticas e enorme repercussão na região, sobretudo em redes sociais.

“Com certeza isso ocorreria com essas meninas em algum lugar, pois iam [do Equador] até a Argentina pedindo carona. Ia acontecer algo cedo ou tarde”, declarou Rivadeneira na quarta (9) à agência de notícias alemã DPA em Berlim, durante uma proeminente feira de turismo.

Ela também havia menosprezado os turistas que vão à Montañita, localidade próxima a Guayaquil onde ocorreu o crime, no fim de fevereiro.

“É um lugar de turistas latino-americanos e equatorianos que não vão atrás de cultura, tradição e gastronomia —o que viemos oferecer aqui [na feira]. É um turista totalmente diferente, um turista mais de festas. Não de cultura, como o da região aonde vai o turista alemão”, afirmou, dizendo que nunca foi a Montañita porque o local não tem seu perfil social.

O governo do Equador se desculpou pelas declarações.

## **MULHERES SOZINHAS**

As famílias das vítimas desconfiam da versão que a polícia equatoriana apresentou sobre o crime. Para os parentes, não seria possível solucionar o caso em menos de 24 horas após os corpos terem sido achados, como ocorreu.

Segundo a polícia, Marina e María conheceram os equatorianos Aurelio Eduardo Rodríguez, 39, e Alberto Segundo Mina Ponce, 33, em um bar de Montañita e foram para a casa de um deles na noite de 22 de fevereiro.

Lá, foram mortas a golpes de faca e pauladas após se negarem a manter relação sexual com eles.

Os dois estão presos, mas já apresentaram diferentes versões para os assassinatos. As famílias afirmam que as jovens não saíam espontaneamente com homens com o tipo físico dos supostos criminosos e dizem que o caso é de “tráfico de pessoas”.

O governo argentino enviou quatro peritos da Polícia Federal para acompanhar as investigações após autorização da Justiça equatoriana.

O caso provocou comoção nos países da região após reacender nas redes sociais debates sobre questões de gênero. Alguns jornais afirmaram que as duas viajavam “sozinhas”. Na internet, surgiram comentários como “claro que deviam estar bêbadas” e “usavam roupas provocantes”.

Como resposta, multiplicaram-se no Twitter as hashtags #viajosola (viajo

sozinha) e #niunamenos (nenhuma a menos), acompanhadas de comentários que lembravam que mulheres não precisam viajar com homens para estarem seguras.

Na semana do Dia da Mulher, um texto da estudante paraguaia de comunicação Guadalupe Acosta viralizou. Em primeira pessoa, como se fosse uma das vítimas, a estudante escreveu:

“Pior que a morte, foi a humilhação que veio depois. (...) Ninguém perguntou onde estava o filho da p. que acabou com meus sonhos, minha vida. (...) Mas começaram a me fazer pergunta inúteis. Que roupa eu vestia? Por que andava só?”, escreveu Acosta.

*LUCIANA DYNIEWICZ  
DE BUENOS AIRES*

Acesse no site de origem: [Morte de mochileiras argentinas leva a queda de vice-ministra no Equador \(Folha de S.Paulo - 10/03/2016\)](#)

---

## **Suécia pede formalmente para Equador interrogar Assange**

*(Terra, 17/01/2016)* A promotoria sueca informou, na última semana, que solicitou ao Equador permissão para interrogar na sua embaixada, em Londres, o fundador do site Wikileaks, Julian Assange sobre as acusações de estupro que pesam sobre ele. A justiça sueca quer interrogar Assange pela denúncia de estupro, um crime que ele nega.

“A solicitação escrita foi enviada recentemente pelo ministério da Justiça à

promotoria equatoriana. Não podemos dizer quando chegará a resposta”, anunciou a promotoria, em um comunicado.

Suécia e Equador assinaram em dezembro um acordo de cooperação judicial para fazer avançar as investigações que têm ramificações nos dois países, mas principalmente para permitir o interrogatório de Assange.

O australiano, de 44 anos, acusado por uma sueca de um estupro que teria acontecido a região de Estocolmo em agosto de 2010, vive recluso na embaixada equatoriana de Londres desde junho de 2012.

Assange, com ordem de prisão europeia, se recusa voltar para a Suécia por medo de ser extraditado para os Estados Unidos, onde foi censurada a publicação do Wikileaks, em 2010, de 500.000 documentos classificados sobre Iraque e Afeganistão, assim como 250.000 comunicações diplomáticas.

Após ter descartado um interrogatório em Londres, os juízes suecos tinham aceitado, em 2015, viajar para a capital britânica para colher o depoimento do fundador de Wikileaks. Mas o Equador se negou a abrir as portas da embaixada, na ausência de um acordo bilateral.

***Acesse no site de origem: [Suécia pede formalmente para Equador interrogar Assange \(Terra, 17/01/2015\)](#)***

---

# **Suécia fecha acordo com Equador para interrogar Assange sobre acusação de estupro**

***(Portal Imprensa, 14/12/2015)*** A Suécia conseguiu um acordo preliminar com o Equador para interrogar o jornalista e fundador do WikiLeaks, Julian

Assange, sobre uma acusação de estupro, informou o governo sueco no último domingo (13/12).

De acordo com a agência de notícias AFP, o Equador exigiu que o documento esteja em atividade antes de o promotor interrogar Assange, que permanece refugiado na embaixada equatoriana de Londres desde 2012.

O australiano teme sair do local pelo risco de enfrentar uma extradição para os Estados Unidos, onde seria processado por ter vazado milhares de documentos confidenciais.

Em março, os promotores suecos sugeriram interrogá-lo em Londres e descartaram o pedido de que fosse enviado ao país para responder às acusações de estupro. O jornalista nega todas as acusações.

A promotoria arquivou a investigação em meados de agosto, depois que o caso prescreveu, mas ainda quer interrogá-lo por outra denúncia, também de agressão sexual, que não prescreve até 2020.

***Acesse no site de origem: [Suécia fecha acordo com Equador para interrogar Assange sobre acusação de estupro \(Portal Imprensa, 14/12/2015\)](#)***

---

## **Seminário Mídia e Democracia nas Américas: inscrições abertas - São Paulo, de 18 a 20/09/2015**

Entre os dias 18 e 20 de setembro, o Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e a Agência Latino-Americana de Informação (Alai), do Equador, promovem o Seminário Mídia e Democracia nas Américas. Com transmissão ao vivo pela tevêFPA (<http://novo.fpabramo.org.br>) o encontro



reunirá autoridades e especialistas internacionais para discutir o cenário político, o papel da mídia e a luta pela democratização da comunicação no continente.

A atividade ocorre no San Raphael Hotel (Largo do Arouche, 150), no centro de São Paulo. As inscrições são limitadas e podem ser feitas pelo formulário no [site Barão de Itararé](#). O valor é de R\$ 100, sendo que estudantes pagam a metade (R\$ 50). O formulário de adesão está disponível [aqui](#).

## **Hospedagem**

Para os participantes que não residem em São Paulo e optarem por hospedagem, o Hotel San Raphael, que sediará o Seminário, oferecerá descontos na diária. Mais informações sobre a promoção podem ser consultadas pelo e-mail [contato@baraodeitarare.org.br](mailto:contato@baraodeitarare.org.br).

## **PROGRAMAÇÃO**

### **18 de setembro - sexta-feira**

#### **18h - Cerimônia de abertura**

#### **19h - A urgência da democratização dos meios de comunicação**

- **Ricardo Berzoini** - ministro das Comunicações;
- **Venício Lima** - professor aposentado da Universidade de Brasília;
- **Edson Lanza** - Relator Especial para Liberdade de Expressão na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (\*);

### **19 de setembro - sábado**

#### **9h - As experiências do Uruguai e Argentina**

- **Néstor Busso** - ex-presidente do Conselho Federal de Comunicação da Argentina;
- **Sergio De Cola** - ex-diretor do Conselho Nacional de Telecomunicações do Uruguai;

#### **14h - As experiências da Bolívia, Equador e Venezuela**

- **Oswaldo Leon** - coordenador da Agência Latino-americana de Informação (Alai-Ecuador);
- **Tania Valentina Dias** - Vice-presidente da Assembleia Nacional da Venezuela;
- **Amanda Vila** - ex-ministra das Comunicações da Bolívia;

### **17h - As experiências do Chile, México e Cuba**

- **Javiera Olivares** - presidenta do Colegio de Periodistas do Chile;
- **Luis Hernández Navarro** - editor do jornal La Jornada (México);
- **Iroel Sanchez** - blogueiro cubano

### **20 de setembro - domingo**

#### **9h - As experiências dos Estados Unidos e Canadá**

- **Andres Conteris** - Democracy Now (EUA);
  - **Edgard Rebouças** - pesquisador da Universidade do Quebec em Montreal (UQAM)
- 

# **Seis de cada 10 mulheres no Equador já sofreram algum tipo de violência**

**(Adital, 30/04/2014)** O Equador incorporou a tipificação do feminicídio ao seu Código Penal em outubro do ano passado. Matéria divulgada pela agência Adital informa que “dados de 2013 dão conta de que até outubro deste ano 47 mulheres haviam sido assassinadas pelo simples fato de serem mulheres. Nos três últimos anos, 97 mulheres foram assassinadas pelo mesmo motivo”. Diante do quadro de violência contra a mulher, uma campanha conclama “Nem uma morta a mais, nem uma mulher a menos”.

***Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Seis de cada 10 mulheres no Equador já sofreram algum tipo de violência \(Adital, 30/04/2014\)](#)***

---

## **10 países onde as mulheres têm mais poder na política**

**(EXAME.com, 30/04/2014)** Quando o assunto é política, não é difícil de perceber que as mulheres têm pouco espaço para se fazerem ouvir. São comuns os casos de machismo e preconceito no meio político.

Metade da população mundial é mulher, mas essa proporção não se mantém entre presidentes, senadores, governadores etc.

Uma pesquisa recente do Inter-Parliament Union (IPU), “Women in Parliament”, levantou dados sobre a presença de mulheres nas cadeiras das câmaras legislativas e senados ao redor do mundo.

O resultado é, ao mesmo tempo, triste e surpreendente. O lado triste: apenas dois países no mundo tem maioria mulher em suas câmaras legislativas. Entre os senados, nenhum tem maioria mulher.

O lado surpreendente: você jamais conseguiria acertar os únicos dois países onde as mulheres têm mais voz na Câmara: Ruanda e Andorra.

No top 10, com países com uma porcentagem alta de representantes mulheres (acima dos 40%), há países africanos com turbulências políticas, mas também democracias maduras da Europa, como Finlândia.

O Brasil aparece na horrível posição 125, entre 150 países. Entre 513 parlamentares, apenas 44 são mulheres.

Uma ressalva: uma presença feminina maciça na câmara e no senado não

significa, automaticamente, avanços nos direitos das mulheres. Não significa, também, que aquele país tem uma sociedade mais igualitária na questão de gênero. Mas já é um começo.

Veja a seguir os 10 primeiros:

**1. Ruanda** - Porcentagem de mulheres no parlamento: 63,8%. Mulheres na assembleia: 51 de 80 cadeiras. Mulheres no senado: 10 de 26 cadeiras.

**2. Andorra** - Porcentagem de mulheres no parlamento: 50%. Mulheres na assembleia: 14 de 28 cadeiras.

**3. Cuba** - Porcentagem de mulheres no parlamento: 48,9%. Mulheres na assembleia: 299 de 612 cadeiras.

**4. Suécia** - Porcentagem de mulheres no parlamento: 45%. Mulheres na assembleia: 157 de 349 cadeiras.

**5. África do Sul** - Porcentagem de mulheres no parlamento: 44,8%. Mulheres na assembleia: 179 de 400 cadeiras. Mulheres no senado: 18 de 53 cadeiras.

**6. Seychelles (África)** - Porcentagem de mulheres no parlamento: 43,8%. Mulheres na assembleia: 14 de 32 cadeiras.

**7. Senegal** - Porcentagem de mulheres no parlamento: 43,3%. Mulheres na assembleia: 65 de 150 cadeiras.

**8. Finlândia** - Porcentagem de mulheres no parlamento: 42,5%. Mulheres na assembleia: 85 de 200 cadeiras.

**9. Equador** - Porcentagem de mulheres no parlamento: 41,6%. Mulheres na assembleia: 57 de 137 cadeiras.

**10. Bélgica** - Porcentagem de mulheres no parlamento: 41,3%. Mulheres na assembleia: 62 de 150 cadeiras. Mulheres no senado: 28 de 71 cadeiras.

**Acesse no site de origem:** [10 países onde as mulheres têm mais poder na política \(EXAME.com, 30/04/2014\)](#)

---

# Campanha #YoSoy65 pela descriminalização do aborto em caso de estupro no Equador

*(Adital, 23/04/2014)* O novo Código Penal equatoriano, aprovado em 28 de janeiro deste ano, permite que o aborto seja praticado nos casos em que ponha em risco a vida da mulher e quando a gravidez for consequência de estupro, mas apenas em vítima que sofra de incapacidade mental. Tal lei tem causado polêmica, levando ao lançamento de uma campanha nacional chamada de “#YoSoy65” pela Frente Equatoriana pela Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos. A campanha leva este nome por conta de uma pesquisa feita pelo Centro de estudos e dados do Equador (Cedatos) em 2013, que aponta que 65% dos equatorianos e equatorianas são a favor do aborto em caso de estupro.

A campanha defende que as mulheres têm o direito de decidir sobre o aborto sem serem criminalizadas pelo ato e convida a todos a conhecerem seus argumentos e o material de campanha promocional no site <http://www.yosoy65.com/>.

A Frente lançou a campanha “#YoSoy65” ainda em janeiro de 2014 e já recebeu apoio de organizações internacionais que militam a favor dos direitos das mulheres. A Frente contesta, contundentemente, o artigo 150 do novo Código Penal do Equador e afirma: “No Equador, as mulheres vivem violência e violações sexuais todos os dias. A violência sexual afeta todas as mulheres e não apenas aquelas que sofrem de deficiências mentais: afeta as mulheres com diferentes deficiências, assim como todas aquelas que não têm deficiência alguma”.

A Frente lança uma reflexão ao declarar que em um Estado Laico as pessoas são livres para escolherem sua crença e que o Estado não deve guiar-se por

pressões religiosas. A campanha é a favor da mudança do Código Penal e defende que as alterações estejam de acordo com a realidade na qual vivem as mulheres no Equador e com a opinião dos e das 65% que se declaram a favor do aborto em caso de estupro.

Em contrapartida, o governo equatoriano não demonstra flexibilidade para mudar o Código e sustenta que não vai aderir às reivindicações da campanha #YoSoy65. O presidente Rafael Correa já declarou até que renunciaria o cargo caso o aborto fosse legalizado no país. Dados da Direção Nacional de Polícia para Crianças no Equador (Dinapen), órgão do governo, mostram que nos casos das violações sexuais, “o aborto também não traz uma solução real para o problema: no caso dos estupros no Equador, em 80% das agressões sexuais contra menores de idade (segundo dados do Dinapen), o agressor é um parente próximo, como um vizinho ou alguém próximo à vítima. O que estamos fazendo com esta Lei, que permite, inclusive, que pessoas mais próximas autorizem o aborto? Deixamos que o agressor leve sua vítima para abortar e se cale para sempre”, contestam.

Segundo uma parcela da sociedade equatoriana que apoia o governo, a legalização do aborto por estupro também abre portas para que as mulheres utilizem a prática do como controle de natalidade. Para os que defendem o novo Código Penal, legalizar o aborto em caso de estupro é ser conivente com um ciclo de violência, no qual o feto, que não tem culpa do erro do seu pai, pagará com a própria vida. A Igreja Católica, que é muito forte e presente no país, afirma, categoricamente, que a vida humana é sagrada e que não se pode eliminá-la.

O equador possui índices alarmantes de estupros, segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censo do Equador (Inec): uma em cada quatro mulheres já sofreu violência sexual no Equador e, no ano de 2013, mais de 380 mil mulheres foram violentadas.

A pena por aborto no Equador, salvo as exceções previstas em lei, é de cárcere de um a três anos para quem pratica, e seis meses a dois anos para as mulheres que consentem a interrupção de sua gravidez.

Para maiores informações sobre a Campanha #YoSoy65 acesse

[https://pt-br.facebook.com/yosoy65?hc\\_location=timeline](https://pt-br.facebook.com/yosoy65?hc_location=timeline) ou o site <http://www.yosoy65.com/>.

Assista o vídeo sobre a campanha #YoSoy65:

Acesse no site de origem: [Campanha #YoSoy65 pela descriminalização do aborto em caso de estupro](#)

---

## **AL: terreno fértil para discutir direitos e liberdades fundamentais na web**

**(O Estado de S. Paulo, 29/03/2014)** Adiada diversas vezes desde 2011, a discussão sobre o Marco Civil da Internet finalmente saiu da gaveta dos parlamentares que, na terça-feira, passaram o PL 21626/11, a “carta” com princípios e garantias, direitos e deveres na rede, em votação simbólica. Enquanto o texto caminha para o Senado, Jérémie Zimmermann caminha por Bogotá.

Fora dos bastidores da política brasileira, Zimmermann, ativista francês e coautor de Cypherpunk (Boitempo) com Julian Assange, Jacob Appelbaum e Andy Müller-Maguhn, destaca a América Latina como terreno fértil para discussões mais vibrantes sobre os direitos na sociedade digital – incluída aí a tal neutralidade da rede, expressão intensamente googlada nos últimos dias. “Neutralidade é a universalidade da internet. Quer dizer que todo mundo deve ter acesso a tudo”, define. “Uma ‘Constituição’ própria para a internet? Não sei se é preciso. Afinal, já temos um conjunto de princípios universais. É a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nessa linha, não vejo tanta distinção entre o mundo online e o offline atualmente. É um mundo só”, redefine.

A Zimmermann interessa o teor humano da tecnologia: “Não podemos pensar a tecnologia só por parâmetros econômicos, políticos, técnicos. Devemos pensar em termos de humanidade”.



Após quase três anos engavetado, o PL 21626/11 foi aprovado na Câmara. Agora vai ao Senado Foto: Dida Sampaio/Estadão

Fundador e porta-voz do movimento La Quadrature du Net, o ativista se considera um cidadão do mundo, com passaporte francês, vivendo entre aeroportos, conferências e hotéis. Nos últimos tempos, visitou Assange na embaixada equatoriana em Londres, conferiu o projeto Flok Society, em Quito, e o HackBo, em Bogotá. Dias antes de desembarcar em São Paulo, para a CryptoParty e depois para a Conferência Internacional sobre Governança Global da Internet, Jérémie Zimmermann deu esta entrevista ao Aliás.

**Após quase três anos de discussões, parlamentares brasileiros aprovaram o Marco Civil da Internet na semana passada. Uma questão simples: por que é importante para um país ter uma legislação específica para a internet?**

Nós precisamos garantir direitos e liberdades fundamentais no mundo online. Atualmente, muitos desses direitos, como a liberdade de expressão, estão sendo intensamente desrespeitados, tanto por companhias quanto por governos, mediante restrições comerciais e tecnológicas de acesso. As companhias restringem a internet a partir de interesses comerciais - exemplo clássico acontece quando Google e YouTube aceitam pedidos da indústria cultural para retirar automaticamente certos conteúdos que não lhes agradam por razões financeiras; assim, eles estão limitando a liberdade de expressão. Nos últimos 15 anos, as forças políticas também estão tentando jogar esse jogo, por vezes restringindo e controlando as comunicações na internet - e desrespeitando a privacidade, como vimos no caso da NSA. Por



isso, é importante que os países possam contar com uma carta para legislar e garantir a neutralidade da rede, marcar os direitos fundamentais para todos. Nessa linha, não vejo tanta distinção entre o mundo online e o offline atualmente. É um mundo só.

## **Quão avançada está essa discussão em outros países?**

Seria difícil ensaiar um balanço da discussão em âmbito mundial, mas abordarei alguns bons exemplos. Alguns países estão avançando principalmente na discussão sobre a neutralidade da rede. Neutralidade é a universalidade da internet. Quer dizer que todo mundo conectado à internet deve ter acesso a tudo na internet - e pode participar de tudo que quiser. É uma oportunidade aberta para a cultura, a economia e a sociedade. A Holanda foi o primeiro país a estabelecer a neutralidade da rede como lei, em 2011. Depois vieram as experiências de Chile, Eslovênia, Peru. Acredito que o Marco Civil foi idealizado mesmo antes de esses países assinarem suas leis - e não sei por que ficou tanto tempo em discussão. Na América Latina especialmente, vejo uma consciência maior sobre a importância da discussão. Aqui estão as discussões mais vibrantes sobre essas questões tão atuais. Sem esquecer o Equador, que agora aposta no projeto Flok Society, que está muito além de apenas proteger as liberdades na rede, mas pretende pensar uma transição do capitalismo para uma economia social para compartilhar conhecimento com culturas e softwares livres. E sem esquecer o Brasil, já que a presidente Dilma Rousseff foi a única a peitar Barack Obama nas Nações Unidas, após o estouro do escândalo Edward Snowden. Na Europa, estamos prestes a passar por um momento crucial sobre a regulação das telecoms no Parlamento. Por um lado, poderemos conquistar medidas legais para proteger a liberdade de expressão e a neutralidade da rede. Por outro, a depender do teor do texto, poderemos ver instituída uma falsa neutralidade cujas brechas permitirão às operadoras discriminar as comunicações online e usar essas informações para o mercado. Isso será discutido no dia 3 de abril. O timing mostra como a questão é atual. É o momento para mostrar se os europeus estão acompanhando os avanços de outros países, como o Brasil. Nossos parlamentares vão resistir às pressões do lobby das telecoms? Vão honrar seus compromissos com as liberdades fundamentais? Essas decisões políticas têm força simbólica, mas não é hora de cantar vitória ainda.

Precisamos olhar para os próximos passos.

## **Há um paradoxo entre liberdade e regulação na internet?**

Não, não há contradição. Os governos devem proteger as liberdades fundamentais de seus cidadãos. É seu dever, legal e político. Aí entra a neutralidade da rede. É uma intervenção do Estado para regular o comportamento das companhias que, por interesses particulares, tende a ameaçar os direitos de seus cidadãos. A liberdade é uma característica cultural, histórica e tecnológica da internet, que foi pensada assim, livre, há 25 anos. Mas, nos últimos 15, as operadoras viram como a tecnologia poderia servir para restringir as liberdades.

## **O Parlamento europeu rejeitou o projeto Acta em julho. Como você vê a questão do copyright na era digital?**

Lutamos por muito tempo contra o Acta, um dos acordos mais escandalosos contra a cultura de compartilhamento na internet. No Brasil, vocês devem compreender essa ideia de cultura, não é? A mistura, o remix, o share é uma expressão cultural. Compartilhar é parte da cultura contemporânea, criada, inovada, recriada. Mas há uma grande indústria, principalmente nos Estados Unidos, que quer impor sua visão de mundo e pôr preço em tudo. Se aprovado, o Acta seria a maior ameaça à liberdade de expressão online, provocando uma incerteza legal para todos. Nem tudo deve estar sob a ordem de uma política capitalista de copyrights. É preciso reelaborar essas ideias, repensar o que seriam direitos autorais no nosso tempo. Na Europa, a campanha contra o Acta mobilizou milhares de cidadãos, pressionando o comitê europeu a rever a questão do copyright. E mais uma vez: talvez Brasil, Equador, Uruguai poderiam ser terrenos mais férteis para essa discussão. Quem sabe um dia os direitos autorais se preocuparão em proteger o autor - e não os interesses mercadológicos das companhias. No fim, acredito que a cultura deva ser livre para ser compartilhada, sem visar ao lucro.

## **Após a revelação do affair NSA, o Marco Civil**

## **considerou exigir que companhias internacionais mantivessem data centers em território nacional.**

É complexo. Primeiro, há a questão da jurisdição diante de empresas globais como Google e Facebook, ancoradas em contratos na lei da Califórnia. Não sei se localizar o endereço físico de um servidor é a solução certa, afinal, um cidadão brasileiro poderia ter dados hospedados na Islândia e aí? No fim, a verdadeira questão é que os gigantes - Apple e Microsoft, Google e Facebook - já deram provas de seu estilo: eles fazem o que seus parceiros públicos e privados querem que façam, como mostrou o esquema da NSA. A vigilância global existe sobre tudo e sobre todos, o tempo todo. Que fazer? A essa altura, é preciso garantir que todo mundo compreenda isso. É preciso se informar sobre isso, para repensar nossa própria relação com a tecnologia: as pessoas estão vidradas no Facebook, fascinadas nas vitrines da Apple e seus produtos "cool", pensando que isso é ser livre. É? Não. Precisamos compreender que essas ferramentas tão interessantes se tornaram instrumentos de controle e de opressão nas esferas econômica e política. Essa discussão é crucial. Além do Marco Civil, espero que o Brasil viva um esforço político corajoso não só para discutir questões técnicas, mas as tecnologias que deveriam nos permitir ser mais independentes, mais livres, mais plurais.

## **Como seria uma 'Constituição' da internet perfeita? Num mundo ideal, quais seriam nossos direitos? E nossos deveres?**

Não tenho certeza se a internet precisa de uma Constituição. Primeiro, isso exigiria um compromisso internacional imenso - e sabemos quão difícil é um consenso internacional e político atualmente. Além disso, não sei se uma nova Carta seria necessária, pois nós já temos um conjunto de princípios universais. É a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que deveria valer no mundo "real" e no mundo digital - quer dizer, como disse antes, é um mundo só. Direitos humanos na sociedade digital, uma capítulo antigo numa sociedade nova. Historicamente, foi um longo caminho para se firmar essa declaração. Ora, opressão e exploração também existem no mundo online. Assim, a defesa da humanidade também deveria ser pensada nessa

esfera.

## **Que futuro você imagina para a internet?**

Não posso ler o futuro, mas posso tentar ler o presente. O que inventamos na internet - novas formas de organização e de interação, novas formas de trabalho e de solidariedade - é muito poderoso. O poder econômico e político não pode destruir isso. Esse é o lado mais interessante da tecnologia: sua relação com o humano, com a liberdade humana nas dimensões cultural, intelectual, social. Se a internet for esmagada por esses poderes, o mundo inteiro será também. Quero acreditar que os seres humanos sejam mais inteligentes que isso. Sei que se nos organizarmos e se discutirmos essas questões que impactam em nossas vidas a história será outra. Em diversos países e diferentes contextos, as manifestações dos últimos tempos mostraram que as pessoas podem se organizar, enfrentar ditadores, chacoalhar a geopolítica, exigir direitos democráticos, confrontar a indústria, direcionar tempo e energia para defender seus ideais. Não quero pensar a tecnologia por parâmetros econômicos ou técnicos, mas em termos de sentimento e de humanidade.

Acesse o PDF: [América Latina é terreno fértil para discussões iniciais, porém vibrantes, sobre os direitos e liberdades fundamentais na web', diz ativista francês](#)